



O Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros

O Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB) é integrado pelos secretários estaduais de Fazenda, foi instituído em 2004 e ampliado em 2009, quando passou a congregiar todas as secretarias de Fazenda dos Estados e a do Distrito Federal. A criação do FFEB decorreu da necessidade de promover uma atuação dos Estados na reflexão sobre matérias de natureza fiscal e tributária, com o objetivo de contribuir para a formulação de políticas da União, Estados e Municípios e para a intensificação do diálogo interfederativo. Almejava-se preparar os Estados, conjunta e concomitantemente, para o exercício da função que lhes cabe na construção e no aperfeiçoamento do federalismo fiscal brasileiro, por meio da realização de debates, estudos e análises de temas relacionados ao federalismo fiscal.

Promovendo essas atividades, o FFEB se propõe a tratar de temas de interesse dos Estados, por vezes suscitados no âmbito do Confaz, cujo aprofundamento se presta, dentre outras finalidades, a embasar decisões desse colegiado. A principal ação do FFEB se traduz em seu Programa de Estudos, formulado a partir de demandas concretas das secretarias estaduais de Fazenda, que entre 2005 e 2009 contou com a assistência especializada da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e desde 2010 foi acolhido pela Escola de Administração Fazendária – Esaf.

A percepção de que a relevância dos estudos e pesquisas que o FFEB desenvolve se revela na medida em que inserem em agendas e propostas dos formuladores das políticas públicas tem motivado os Estados a se prepararem em caráter não circunstancial por intermédio de seus quadros funcionais, embasados em fundamentos teóricos prévios e adequadamente elaborados, para o debate de questões determinantes para as relações

federativas, como reforma tributária, transferências intergovernamentais, análise e previsão de receitas, previdência, gasto público e Contabilidade aplicada ao setor público.

A União já contava com a dedicação de quadros expressivos voltados para essas análises em instituições como o Ipea, o BNDES, o IBGE e os próprios ministérios. Os Estados, por sua vez, cada vez que eram mobilizados, tinham de coordenar ações urgentes, algumas em torno da própria Cotepe/Confaz - cuja agenda ordinária já é suficientemente intensa e, por isso mesmo, muitas vezes incompatível com o tipo de dedicação que análises detalhadas demandam. Por outro lado, em alguns Estados, estudiosos e instituições se debruçam sobre as questões federativas com profundidade, sem que haja interação sistemática com os demais Estados para troca de conhecimento.

O Programa de Estudos promoveu essa interação. Reuniu, de fato e virtualmente, especialistas orientadores e técnicos das administrações tributária e financeira dos Estados em caráter periódico e sistemático, cumpriu metas e gerou produtos. Durante o período em que o Programa foi desenvolvido com a FGV, doze “Cadernos Fórum Fiscal” foram publicados. Dentre estes, se destacam “Uma alternativa para o IVA Dual”, “Transferências Intergovernamentais” e “Harmonização Tributária” – este considerado o documento mais abrangente já publicado no Brasil sobre o assunto. Dois “Cadernos” foram, inclusive, traduzidos para o inglês com o apoio do *Forum of Federations*.

O aprofundamento e a reflexão têm propiciado significativo avanço do FFEB como instância de articulação e debate. Aspectos do tema reforma tributária p. ex., têm sido abordados pelo Programa de Estudos. Em decorrência, o FFEB tem oferecido contribuição qualitativa ao debate em assuntos como tributação dos bens e serviços, guerra fiscal, Fundo de Participação dos Estados e equalização fiscal, dentre outros.

Além das discussões ordinárias, desde o início do Programa FFEB-FGV em março de 2005, vários eventos tem sido realizados: seminários e conferências (sediados em diversos Estados ou em Brasília), três missões internacionais, uma à Alemanha em 2005 e duas ao Canadá, em 2006 e em 2011, participação na conferência *Unity in Diversity* em Nova Delhi, a convite do governo da Índia, por indicação do *Forum of Federations*, uma Rodada de Secretários de Fazenda sobre o FPE em 2011 e o Encontro Nacional Confaz-Conseplan, que reuniu Secretarias de Fazenda e Planejamento em 2012, com muito êxito.

Realizado em novembro, o evento reuniu secretários, especialistas e estudiosos para debater a revisão do FPE, que resultou na Lei Complementar 143/2013, dívida dos estados, gasto público e regime próprio de previdência do servidor público.

Esses eventos têm proporcionado uma valiosa troca de experiências entre técnicos, acadêmicos, secretários, demais autoridades e participantes das diversas esferas de governo e da iniciativa privada. Aconteceram graças à cooperação governamental federal e estadual e ao apoio de entidades como a Fundação Konrad Adenauer, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e, à colaboração do *Forum of Federations*.

Em março de 2008, juntamente com o Governo Federal (Subsecretaria de Assuntos Federativos do Ministério das Relações Institucionais, Ministério da Fazenda e Ipea) o FFEB realizou o Seminário Internacional “Reforma Tributária e Transferências Intergovernamentais” no auditório da Casa Civil da Presidência da República. O evento, que foi prestigiado por autoridades e servidores da União, Estados e Municípios, representou um passo fundamental para a integração do FFEB com a União.

Tais realizações e parcerias nacionais e internacionais atestam que o FFEB se firmou institucionalmente como a organização dos Estados dedicada ao tema do federalismo, em particular, do federalismo fiscal. Os cinco anos de sua criação foram marcados pela aprovação, em dezembro de 2009, de um novo Convênio que reestruturou o anterior, ao qual aderiram os 26 Estados e o Distrito Federal. Foi iniciada, também, uma nova fase para o Programa de Estudos que, a partir de 2010, passou a ser promovido e coordenado pela Esaf, como resultado da acolhida de proposta formulada pelo FFEB a esta Escola.

Com resultado da parceria com a Esaf, melhoras de caráter pedagógico, metodológico e operacional foram agregadas ao Programa; bem assim, uma relação de custo-benefício muito mais favorável aos Estados. Dois elementos fundamentais têm-se somado para o sucesso da iniciativa: afluência significativa dos Estados e grande compromisso da Esaf, consubstanciado no total apoio e na disponibilização de todos os recursos financeiros e humanos essenciais ao projeto.

Desde a época da FGV o Programa contemplou algumas áreas principais (núcleos de estudos), cada qual privilegiando o enfoque das questões sob a ótica tributária ou financeira (em sentido estrito). Este enfoque foi preservado e ampliado nas atividades com a Esaf, que agregou o caráter de formação e de capacitação, condizente com a finalidade precípua da Escola; e considerado importante por alguns Estados, na medida em que poderá contribuir para o cumprimento de metas relativas de desenvolvimento dos respectivos quadros funcionais e para motivar os servidores, uma vez que a participação efetiva destes passou a ser certificada.

Os trabalhos produzidos em 2010 foram desenvolvidos por quatro núcleos de estudos, com intensa utilização dos recursos de ensino a distância: Gestão Fiscal, Responsabilidade Fiscal, Sistemas de Previdência e Análise do Desempenho das Receitas Estaduais. Todos foram publicados pela Esaf em formato de livro eletrônico e o último também em papel.

Em 2011, além da continuidade dos núcleos de estudos sobre Análise do Desempenho das Receitas Estaduais e Sistemas de Previdência formaram-se os núcleos Reforma Tributária e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O Núcleo de Análise prosseguiu os estudos sobre o “gap” tributário e estudou com profundidade o FPE, tendo apresentado alternativas para modificar os atuais critérios de distribuição. Já o Núcleo Sistemas de Previdência deu continuidade ao estudo sobre os Regimes Próprios de Previdência dos Estados e formulou alternativas para a implantação de fundos de previdência complementar.

Por sua vez, os novos núcleos sobre Reforma Tributária e Contabilidade Aplicada ao Setor Público, se debruçaram, em particular, sobre o tema da guerra fiscal e sobre a elaboração de um Aplicativo de Procedimentos sobre convergência às normas internacionais de contabilidade. Esse Aplicativo ensejou a realização de dois workshops promovidos pelo BID e pela Esaf para divulgar o trabalho. Pernambuco e Santa Catarina colaboram com servidores especialistas.

Os resultados obtidos em 2011 foram gratificantes: os trabalhos, todos já publicados pela Esaf, são de excelente qualidade e refletem o caráter do Programa: por um lado, denotam o cuidado típico dos documentos acadêmicos exigido pelo padrão Esaf, por outro, estão imbuídos de pragmatismo, apresentando claras alternativas para subsidiar tomadas de decisão sobre questões que afetam as finanças estaduais.

Se, em 2010, o legado da experiência do Programa com a FGV indicou aspectos a serem mantidos e outros que precisavam ser modificados, em 2011, já com maior clareza, o aproveitamento dos recursos disponibilizados pela Esaf foi efetivo. Por isto, em 2012, 2013 e neste ano de 2014, o Programa Esaf-FFEB, já tendo como referência a experiência bem-sucedida de 2011, atraiu quase três vezes mais participantes do que em 2010, quando cerca de cinquenta servidores foram indicados.

Setenta servidores participaram em 2011; cento e trinta e cinco em 2012; cento e cinquenta e quatro em 2013 e 162 em 2014 em 2014, distribuídos entre os seguintes núcleos de estudos: Administração Tributária, Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Sistemas de Previdência, Qualidade do Gasto Público, Análise do Desempenho de Receitas Estaduais e Previsão de Receitas Estaduais – este último, desmembrado do Núcleo de Análise, passou a constituir um núcleo independente.

Os estudos de 2012 foram publicados em novembro de 2013 e os de 2013 foram lançados em novembro de 2014. O interesse pelo Programa e a consolidação do trabalho com a Esaf comprovam a importância dessa profícua cooperação, cujos resultados beneficiam a toda a federação brasileira.

Fátima Guerreiro
Abril de 2015